



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
SEÇÃO DE SANTA CATARINA**



**COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM / COPERVE**



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
SEÇÃO DE SANTA CATARINA**



**COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM / COPERVE**



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
SEÇÃO DE SANTA CATARINA**



**COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM / COPERVE**



# PROVA OBJETIVA

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO  
DE SANTA CATARINA - TIPO "A"**

DIA: 22/11/2003

**ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB, REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB E CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB**

**01)** Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

- A.( ) Sem prejuízo da atuação de seu defensor, contará o advogado com a assistência de representante da OAB nos inquéritos policiais ou nas ações penais em que figurar como indiciado, acusado ou ofendido, sempre que o fato a ele imputado decorrer do exercício da profissão ou a este vincular-se.
- B.( ) O inscrito na OAB, quando ofendido comprovadamente em razão do exercício profissional, ou de cargo ou função da OAB, tem direito ao desagravo público promovido pelo Conselho competente, de ofício ou a seu pedido, vedado, porém, o requerimento feito por terceiros.
- C.( ) O advogado, regularmente notificado, deve quitar seu débito relativo às anuidades, no prazo de três meses da notificação, sob pena de suspensão, aplicada de ofício pelo tesoureiro da seccional.
- D.( ) O advogado fica dispensado de comunicar o exercício eventual da profissão, até o total de dez causas por ano, acima do qual obriga-se à inscrição suplementar.

**02)** Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

- A.( ) O Conselho Federal define a composição, e o funcionamento dos Tribunais de Ética e Disciplina de cada seccional.
- B.( ) Compete ao Presidente do Conselho Seccional ajuizar, com ou sem deliberação de seus membros ou da Diretoria, ação civil pública, para defesa de interesses difusos de caráter geral e coletivos e individuais homogêneos, relacionados à classe dos advogados.
- C.( ) O Conselho Federal fixa tabela de honorários advocatícios para cada seccional, definindo as referências mínimas e as proporções, quando for o caso.
- D.( ) O mandato dos membros dos Tribunais de Ética e Disciplina tem a duração de três anos.

**03)** Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB.

- A.( ) O advogado pode funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente, desde que requerido pelo Juiz do processo.
- B.( ) O advogado deve abster-se de patrocinar interesses ligados a outras atividades estranhas à advocacia, em que também atue.
- C.( ) O advogado somente deverá defender cliente na esfera criminal quando achar ser ele inocente.
- D.( ) Quando o cliente requerer, o advogado deverá aceitar a indicação de outro profissional para com ele trabalhar no processo.

**04)** Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Código de Ética e

Disciplina da OAB.

- A.( ) O advogado tem o direito de debater, em qualquer veículo de divulgação, causa sob seu patrocínio ou patrocínio de colega.
- B.( ) O anúncio sob a forma de placas, na sede profissional ou na residência do advogado, deve observar discricção quanto ao conteúdo, forma e dimensões, sem qualquer aspecto mercantilista, notadamente quando utilizado outdoor ou equivalente.
- C.( ) As confidências feitas ao advogado pelo cliente podem ser por este utilizadas, nos limites da necessidade da defesa, desde que o constituinte o autorize.
- D.( ) O advogado pode divulgar ou deixar que seja divulgada a lista de clientes e demandas.

**05)** O Advogado inscrito na OAB-SC, escolhido em lista tríplice pelo Conselho Seccional, e que for nomeado e empossado como Desembargador do Tribunal de Justiça deste Estado (quinto constitucional):

- A.( ) terá cancelada sua inscrição na OAB-SC.
- B.( ) continuará inscrito na OAB-SC e exercendo a advocacia, porém ficando impedido de advogar contra a fazenda que o remunera.
- C.( ) terá cancelada sua inscrição na OAB-SC, porém poderá advogar em outro Estado da Federação, desde que lá inscrito.
- D.( ) ficará licenciado da advocacia, até o término de seu mandato no TJ-SC.

**06)** De acordo com Estatuto da Advocacia e da OAB, é **CORRETO** afirmar:

- A.( ) A impetração de *habeas corpus* é atividade privativa de advocacia.
- B.( ) É vedada a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade.
- C.( ) São anuláveis os atos privativos de advogados e praticados por pessoa não inscrita na OAB.

D.( ) O advogado que renunciar ao mandato continuará representando o mandante durante 30 dias após a notificação da renúncia.

**07)** De acordo com Estatuto da Advocacia e da OAB, é **CORRETO** afirmar:

- A.( ) A inscrição do estagiário poderá ser feita na Seccional de seu nascimento ou onde se localize seu curso jurídico.
- B.( ) É direito do advogado ser publicamente desagravado, sempre que for ofendido.
- C.( ) O advogado não pode ser punido disciplinarmente pela OAB, se já foi responsabilizado civil ou criminalmente pelos mesmos fatos.
- D.( ) É direito do advogado retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de 10 dias.

**08)** De acordo com Estatuto da Advocacia e da OAB, é **CORRETO** afirmar:

- A.( ) Além da principal, o advogado deve inscrever-se suplementarmente nas Seccionais em que intervir judicialmente em mais de três causas por ano.
- B.( ) A inscrição principal do advogado poderá ser feita por livre escolha, em qualquer Seccional.
- C.( ) O estágio profissional poderá ser cumprido por bacharel em direito que queira inscrever-se na Ordem.
- D.( ) Cancela-se a inscrição do advogado que sofrer a penalidade de suspensão.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**09)** Analise as afirmativas abaixo.

- I - Denomina-se adjudicação o ato administrativo final para cuja prática é indispensável a licitação, quando exigida, e que antecede, após a homologação do resultado do procedimento, a formalização de contrato administrativo.
- II - Em caso de recusa da Administração, o direito à informação de interesse de cada administrado tem como garantia jurisdicional específica o mandado de injunção.
- III - A transferência, pelo Estado, à empresa particular, da execução de um serviço público, pode ser feita mediante *concessão*, antecedida de delegação legislativa.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) As afirmativas II e III estão corretas.
- B.( ) Somente a afirmativa I está correta.
- C.( ) As afirmativas I e II estão corretas.
- D.( ) Somente a afirmativa III está correta.

**10)** Analise as afirmativas abaixo.

- I - Compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
- II - O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
- III - No processo de elaboração do plano diretor, e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão a promoção de audiências públicas e debates, com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, a publicidade, quanto aos documentos e informações produzidos, e o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) Todas as afirmativas estão corretas.
- B.( ) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- C.( ) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- D.( ) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

**11)** Analise as afirmativas abaixo.

- I - Os atos de improbidade administrativa importarão na perda dos direitos políticos, da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- II - O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável por igual período.
- III - As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) Somente a afirmativa I está correta.
- B.( ) Somente a afirmativa II está correta.

- C.( ) Somente a afirmativa III está correta.  
D.( ) As afirmativas I e III estão corretas.

**12) Analise as afirmativas abaixo.**

- I - A emenda constitucional, conhecida como da Reforma Administrativa, dispôs sobre os princípios da administração pública, incluindo entre os anteriormente constitucionalizados o da eficiência.
- II - Quando ocorre a descentralização da execução de uma atividade administrativa para a órbita privada, isso se dá através de delegações de competências.
- III - A atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos denomina-se intervenção na economia.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) As afirmativas I e III estão corretas.  
B.( ) Somente a afirmativa II está correta.  
C.( ) Somente a afirmativa III está correta.  
D.( ) Somente a afirmativa I está correta.

**13) Analise as afirmativas abaixo.**

- I - A administração pública, no âmbito do processo administrativo, deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade.
- II - É viável a aplicação retroativa de nova interpretação em processo administrativo.
- III - A prescrição no âmbito do processo administrativo deve ser decretada de ofício pela autoridade processante competente.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) Somente as afirmativas I e II estão corretas.  
B.( ) Somente as afirmativas I e III estão corretas.  
C.( ) Somente as afirmativas II e III estão corretas.  
D.( ) Todas as afirmativas estão corretas.

**14) Analise as afirmativas abaixo.**

- I - A administração pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

- II - É dispensável a licitação para a contratação do fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
- III - Quando o Edital Convocatório de Licitação permitir a participação de empresas brasileiras e estrangeiras em consórcio, a liderança caberá àquela que o contrato de constituição do consórcio apontar.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.(  ) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- B.(  ) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- C.(  ) Somente a afirmativa II está correta.
- D.(  ) Todas as afirmativas estão corretas.

**15)** Analise as afirmativas abaixo.

- I - A parte fixa da remuneração do servidor público é denominada juridicamente de provento.
- II - É vitalício o servidor nomeado e empossado em cargo público efetivo, após três anos de efetivo exercício.
- III - A pessoa nomeada para cargo público efetivo, em virtude de aprovação em concurso público de provas e títulos, tem direito à posse.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.(  ) Todas as afirmativas estão corretas.
- B.(  ) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- C.(  ) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- D.(  ) Somente a afirmativa III está correta.

**16)** Analise as afirmativas abaixo.

- I - Atos administrativos individuais são aqueles que se dirigem a destinatários determinados, gerando uma situação jurídica particular.
- II - Atos administrativos de gestão são aqueles que se destinam a dar tramitação aos processos que transitam pela Administração.
- III - Atos administrativos de expediente são aqueles destinados a produzir seus efeitos jurídicos somente no âmbito da estrutura administrativa considerada.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) Somente a afirmativa I está correta.
- B.( ) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- C.( ) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- D.( ) Todas as afirmativas estão corretas.

## DIREITO CIVIL

**17)** Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Código Civil (Lei 10.406/2002).

- A.( ) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- B.( ) O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.
- C.( ) A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- D.( ) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.

**18)** Leia as sentenças abaixo, todas sobre usucapião.

- I - Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante três anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
- II - Adquire a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa fé, o possuir pelo prazo de cinco anos, se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.
- III - Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por quatro anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo



nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

- IV - Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Código Civil (Lei 10.406/2002).

- A.( ) As sentenças I e III estão corretas.  
B.( ) As sentenças III e IV estão erradas.  
C.( ) As sentenças I e IV estão corretas.  
D.( ) As sentenças II e IV estão erradas.

**19)** Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Código Civil (Lei 10.406/2002).

- A.( ) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor (regra geral), se outra coisa não se estipulou.  
B.( ) A solidariedade do cumprimento da obrigação pode ser presumida.  
C.( ) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela, embora não mencionados, mesmo se o contrário resultar do título.  
D.( ) Ninguém pode ser obrigado a depor sobre fato a que não possa responder, sem desonra própria, de seu cônjuge, parente em grau sucessível, ou amigo íntimo.

**20)** Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Código Civil (Lei 10.406/2002).

- A.( ) O co-herdeiro, da constância do processo de inventário, só poderá ceder a título oneroso a sua quota hereditária a pessoa estranha à sucessão depois de respeitado o direito de preferência do(s) outro(s) co-herdeiro(s).  
B.( ) A herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato, desde que feito o negócio mediante escritura pública.  
C.( ) Não há como conviver, na mesma sucessão, suas duas modalidades (legítima e testamentária).

D.( ) O cônjuge sobrevivente e o companheiro(a) sobrevivente são sempre considerados herdeiros necessários.

**21)** Assinale a alternativa **CORRETA**, em relação ao condomínio edilício, de acordo com o Código Civil (Lei 10.406/2002).

A.( ) A realização de obras (voluptuárias e úteis) no condomínio depende de voto da maioria dos condôminos.

B.( ) Resolvendo o condômino alugar área no abrigo para veículos, preferir-se-á, em condições iguais, qualquer dos condôminos a estranhos, e, entre todos, os possuidores.

C.( ) Mesmo as obras ou reparações necessárias, para serem executadas pelo síndico, necessitam de autorização.

D.( ) A construção de outro pavimento, ou, no solo comum, de outro edifício, destinado a conter novas unidades imobiliárias, depende da aprovação com o voto de dois terços dos condôminos.

**22)** Assinale a alternativa **CORRETA**, em relação ao casamento, de acordo com o Código Civil (Lei 10.406/2002).

A.( ) Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão universal de bens.

B.( ) É admissível a alteração do regime de bens, mediante autorização do cartório onde feito o registro do casamento, em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.

C.( ) A decretação de invalidade dos atos praticados sem outorga, sem consentimento, ou sem suprimento do juiz só poderá ser demandada pelo cônjuge a quem cabia concedê-la, ou por seus herdeiros.

D.( ) É obrigatório o regime da separação de bens no casamento para a pessoa maior de cinquenta e cinco anos, quando mulher, e sessenta anos, quando homem.

**23)** Assinale a alternativa **INCORRETA**, quanto às características da apólice, em relação ao contrato de seguro de pessoas.

A.( ) Conterão o limite da garantia.

B.( ) Podem ser à ordem.

C.( ) Serão nominativas.

D.( ) Podem ser ao portador.

**24)** Assinale a alternativa **INCORRETA**, de acordo com o Código Civil (Lei 10.406/2002).

A.( ) O menor, com idade entre dezesseis e de dezoito anos de idade, poderá ser emancipado, fazendo-se necessária a homologação judicial da concessão feita pelos pais.

B.( ) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes.

C.( ) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo

para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

- D.( ) O menor, entre dezesseis e dezoito anos, não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade, se dolosamente a ocultou, quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior.

## DIREITO COMERCIAL

### 25) Analisando a assertiva abaixo, assinale a alternativa **INCORRETA**.

De acordo com o Código Civil de 2002, uma clínica médica organizada de tal forma cujo exercício constitua elemento de empresa:

- A.( ) é considerada empresária.  
B.( ) é considerada não empresária, porque exerce profissão de natureza intelectual, científica ou literária.  
C.( ) deve, obrigatoriamente, ter sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.  
D.( ) não pode ser constituída na forma de sociedade simples.

### 26) Analisando as proposições abaixo, assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o disposto no Código Civil de 2002.

- I - As sociedades empresárias têm por objeto atividade econômica e partilha dos resultados entre os sócios; as sociedades simples, atividade para fins não econômicos.
- II - As sociedades anônimas serão sempre empresárias, independentemente do seu objeto.
- III - Toda sociedade possui personalidade jurídica, mas nem toda pessoa jurídica é sociedade.
- IV - A sociedade adquire personalidade jurídica após a regular assinatura do contrato social, por todos os sócios.
- A.( ) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.  
B.( ) Somente as proposições I e II estão corretas.  
C.( ) Somente a proposição II está correta.  
D.( ) Somente as proposições II e III estão corretas.

**27)** Assinale a alternativa **INCORRETA**, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002, sobre a SOCIEDADE LIMITADA.

- A.( ) As deliberações sociais infringentes ao contrato ou à lei tornam ilimitada a responsabilidade apenas dos sócios que a aprovaram, não atingindo a responsabilidade daqueles que não participaram da referida deliberação.
- B.( ) O contrato social pode permitir administradores não sócios.
- C.( ) Na omissão do contrato social, o sócio só poderá ser excluído judicialmente por justa causa.
- D.( ) Todas as quotas que compõem o capital social terão, obrigatoriamente, o mesmo valor.

**28)** Analisando as proposições abaixo, assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o disposto no Código Civil de 2002.

- I - O Estabelecimento empresarial é considerado o imóvel em que o empresário está situado para o exercício da empresa.
  - II - Para fins de produzir efeitos perante terceiros, a averbação do arrendamento do estabelecimento empresarial às margens da inscrição da sociedade empresária no Registro Público de Empresas Mercantis supre a publicação do negócio na imprensa oficial.
  - III - É nula a cláusula no contrato de alienação do estabelecimento empresarial que proíba o alienante fazer concorrência ao adquirente após a transferência, por prazo inferior a 05 (cinco) anos.
  - IV - O adquirente do estabelecimento empresarial responde pelos débitos do alienante, regularmente contabilizados, anteriores à transferência.
- A.( ) Somente a proposição IV está correta.
  - B.( ) Somente as proposições III e IV estão corretas.
  - C.( ) Todas as proposições estão incorretas.
  - D.( ) Somente as proposições I, II e III estão corretas.

**29)** Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com a legislação vigente acerca dos títulos de crédito.

- A.( ) O banco sacado não pode endossar o cheque.
- B.( ) O Código Civil de 2002 regula os títulos de crédito, nos artigos 887 a 926, derogando assim os dispositivos legais que regulam o cheque, a duplicata, a letra de câmbio, a nota promissória, dentre outros, que passam a ser regidos integralmente pelo novo código.
- C.( ) O endosso parcial da nota promissória é nulo.

D.( ) Não é admitida estipulação de juros no cheque.

**30)** Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com a legislação vigente que rege as duplicatas.

A.( ) A escrituração do Livro de Registro de Duplicatas é facultativo para quem adote o regime de emissão de faturas e extração de duplicatas.

B.( ) O prestador de serviço eventual poderá emitir fatura e duplicata, nos termos da lei.

C.( ) A emissão de triplicata é devida, quando o sacado não devolve a duplicata aceita.

D.( ) Uma única duplicata não poderá documentar e discriminar as parcelas da venda para pagamento em prestações.

**31)** Assinale a alternativa **INCORRETA**, de acordo com a lei das sociedades anônimas (lei 6404/76).

A.( ) A diretoria é órgão obrigatório em todas as sociedades anônimas.

B.( ) Na conversão de debêntures conversíveis em ações, os acionistas não terão direito de preferência das ações convertidas.

C.( ) O estatuto social pode estabelecer, previamente, autorização para o aumento de capital, sem reforma estatutária, o que será deliberado pelo Conselho de Administração.

D.( ) A representação da sociedade anônima cabe ao Conselho de Administração.

**32)** Analisando as proposições abaixo, assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com a legislação vigente.

I - Compete ao síndico a administração da concordata preventiva.

II - A falência pode ser decretada pelo juiz da sede principal do devedor situado exclusivamente no Brasil, ou de qualquer de suas filiais situadas no território nacional.

III - O protesto do título vencido, e não pago sem relevante razão de direito, é obrigatório para instruir o pedido de falência com fundamento na impontualidade.

IV - O empresário individual poderá impetrar concordata, nos termos e condições da lei.

A.( ) Somente as proposições III e IV estão corretas.

B.( ) Somente a proposição III está correta.

C.( ) Somente a proposição II está incorreta.

D.( ) Somente as proposições I e III estão corretas.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**33)** Analise as afirmativas abaixo.

- I - Poder Constituinte Originário é o poder que cria o Estado, ao celebrar sua Constituição, mediante atuação ilimitada; ao fixar a forma de governo; ao definir as funções e competências dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, estabelecendo as diretrizes e os limites ao exercício daquelas competências públicas; e ao garantir os direitos individuais fundamentais do ser humano e do cidadão.
- II - São dois os modos de controle da constitucionalidade pelo Poder Judiciário: difuso e concentrado.  
Concentrado é o controle realizado por todos os órgãos do Poder Judiciário, decorrente da aplicação da norma ao caso concreto.  
Difuso é o também denominado controle abstrato, deferido ao órgão de cúpula do Poder Judiciário ou a uma Corte especial.
- III - A repristinação constitucional é o fenômeno da restauração da eficácia de uma norma anteriormente revogada, por expressa disposição do texto constitucional.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- B.( ) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- C.( ) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- D.( ) Todas as afirmativas estão corretas.

**34)** Analise as afirmativas abaixo.

- I - Compete ao Supremo Tribunal Federal o controle político da constitucionalidade das Leis.
- II - Existem dois tipos básicos de inconstitucionalidade: *por ação e por omissão*.
  - Inconstitucionalidade por ação: ocorre com a produção de atos legislativos ou administrativos que contrariem os princípios ou as normas contidas na Constituição.
  - Inconstitucionalidade por omissão: ocorre nos casos em que não sejam praticados atos legislativos ou administrativos necessários para tornar plenamente aplicáveis normas constitucionais.
- III - Declarada a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo federal ou estadual, a decisão terá efeito *ex tunc* e *erga omnes*, desfazendo, desde sua origem, o ato declarado inconstitucional, juntamente com todas as conseqüências dele derivadas, uma vez que os atos inconstitucionais são nulos. Entretanto, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado, isto é, conceder eficácia *ex nunc*, ou estabelecer outra data para a produção de efeitos.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

- B.( ) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- C.( ) Todas as afirmativas estão corretas.
- D.( ) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

**35)** Analise as afirmativas abaixo.

- I - Uma Constituição é prolixa quando contém matérias alheias ao Direito Constitucional propriamente dito, preocupando-se em regulá-las.
- II - Uma Constituição é rígida quando não pode ser objeto de qualquer alteração em seu texto.
- III - Uma Constituição é flexível quando apenas é passível de ser alterável mediante processos, solenidades e exigências formais especiais, diferentes e mais difíceis que os de formação das leis infraconstitucionais.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- B.( ) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- C.( ) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- D.( ) Somente a afirmativa I está correta.

**36)** Analise as afirmativas abaixo.

- I - A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa somente a brasileiros natos ou a pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.
- II - Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios da preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei e respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.
- III - A publicação de veículo impresso de comunicação depende de licença da autoridade competente.

Assinale a alternativa **CORRETA**.



- A.( ) Somente a afirmativa II está correta.
- B.( ) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- C.( ) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- D.( ) Todas as afirmativas estão corretas.

**37)** Analise as afirmativas abaixo.

- I - Compete privativamente à União legislar, dentre outras matérias, sobre trânsito e transporte, propaganda comercial e direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- II - Lei complementar pode autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas relacionadas com as matérias cuja competência privativa legislativa é da União.
- III - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- B.( ) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- C.( ) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- D.( ) Todas as afirmativas estão corretas.

**38)** Analise as afirmativas abaixo.

- I - É vedada a dispensa do empregado sindicalizado, sob qualquer pretexto, a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato.
- II - É facultativa a participação dos sindicatos, nas negociações coletivas de trabalho.
- III - É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- B.( ) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- C.( ) Somente a afirmativa III está correta.
- D.( ) Todas as afirmativas estão corretas.

**39)** Analise as afirmativas abaixo.

- I - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único

de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

- II - É vedada, em qualquer hipótese, a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros, na assistência à saúde no País.
- III - As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes da descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e participação da comunidade.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.(  ) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- B.(  ) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- C.(  ) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- D.(  ) Todas as afirmativas estão corretas.

**40)** Analise as afirmativas abaixo.

- I - A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- II - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

desamparados, na forma da Constituição.

- III - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) Somente as afirmativas I e II estão corretas.  
B.( ) Todas as afirmativas estão corretas.  
C.( ) Somente as afirmativas II e III estão corretas.  
D.( ) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

## DIREITO PENAL

- 41) ALFA atira contra BETA. Esta é socorrida por uma ambulância que é abalroada no trajeto do hospital, vitimando-a fatalmente.

De acordo com nosso Código Penal:

- A.( ) não há relação de causalidade.  
B.( ) há relação de causalidade.  
C.( ) há uma superveniência de causa independente.  
D.( ) não há uma superveniência de causa independente.

- 42) ÔMEGA matou a namorada por ciúme. Durante a formação do conjunto probatório foi considerado inimputável. De acordo com nosso Código Penal, significa que lhe será:

- A.( ) aplicado tratamento psiquiátrico e pena privativa de liberdade.  
B.( ) aplicada pena privativa de liberdade, com tratamento ambulatorial.  
C.( ) aplicada pena privativa de liberdade.  
D.( ) aplicado tratamento em hospital de custódia e tratamento.

- 43) Os elementos do fato típico são conduta (ação e omissão), resultado, relação da causalidade e tipicidade. Diante dessa constatação, o que se entende por *iter criminis*:

- A.( ) é a trajetória do crime, dividida em cogitação, atos preparatórios, atos de execução e consumação.  
B.( ) é a consequência da ecloção do dolo, que não permite punição.  
C.( ) é a discriminante putativa aliada a coação irresistível.  
D.( ) é a trajetória do delito, dividida em atos preparatórios e consumação.

- 44) ORION brigou com a namorada BETA. Para afogar suas mágoas, foi ao bar de CUPIDO. Lá chegando, passou a beber com um conhecido de vista, ZEUS, contando seus percalços amorosos. Após determinado tempo, resolveu assaltá-lo, pois observou que ZEUS possuía determinada quantia em dinheiro. Para cometer o crime, passou a beber mais. De acordo com nosso Código Penal, esse tipo de embriaguez se classifica como:

- A.( ) culposa - quando o agente não possui a intenção de embriagar-se.
- B.( ) preordenada - quando o agente bebe para poder cometer o crime.
- C.( ) fortuita - quando o agente não quer embriagar-se, mas, por motivo imprevisível, acaba em estado etílico.
- D.( ) voluntária - quando o agente bebe por vontade própria, procurando a embriaguez.

**45)** ALFA pratica um crime aos 17 anos e 11 meses de idade. Após 5 (cinco) anos desse fato, volta a delinquir, praticando novo crime. De acordo com nosso Código Penal, poder-se-á afirmar que:

- A.( ) o acusado não será considerado reincidente, pois o crime anterior não transitou em julgado.
- B.( ) o acusado será considerado reincidente, de acordo com o art. 63, CP.
- C.( ) pelo crime anterior não houve condenação, de acordo com o art. 27 do CP.
- D.( ) o acusado não será considerado reincidente, pois foi comprovada somente sua participação mínima no evento delituoso.

**46)** Houve um assalto em um banco. Os assaltantes, além do dinheiro existente na agência, levaram todos os valores de clientes que estavam sob a responsabilidade daquela agência, tais como jóias, dólares, ações e títulos de créditos, entre outros. DELFOS, um dos assaltantes, oferece as jóias furtadas para um conhecido receptador, conforme já previamente acordado. Minutos após a saída do assaltante, chega a polícia e prende o receptador com todas as jóias roubadas na agência. Questiona-se: de acordo com nosso Código Penal:

- A.( ) o receptador responderá pela prática do delito de receptação e co-autoria no crime de roubo.
- B.( ) o receptador responderá pela prática de roubo, em co-autoria, por conhecer os planos dos assaltantes.
- C.( ) o receptador não responderá por nenhum crime.
- D.( ) o receptador responderá pela prática do delito de receptação, não por co-autoria no crime de roubo.

**47)** ARCANJO praticou um furto. Após dez anos, foi cumprido o mandado de prisão contra ele. No momento de sua prisão, ao saber o motivo pelo qual estava sendo preso, sofreu um infarto, sendo hospitalizado. Após 20 dias de internação, vem a falecer. Em consonância com nosso Código Penal, poder-se-á afirmar que:

- A.( ) ocorreu a extinção de punibilidade, pela morte do agente.
- B.( ) ocorreu a prescrição, pela morte do agente.
- C.( ) ocorreu a decadência do direito de punir estatal, pela morte do agente.
- D.( ) ocorreu a renúncia do Estado no cumprimento da pena imposta, pela morte do agente.

**48)** URSA MAIOR pediu a seu genitor adiantamento de sua cota parte no patrimônio amealhado por este, o que lhe foi negado. Inconformada, assassinou o pai, pois, para ela, somente dessa forma poderia desfrutar da herança a que possuía direito. De acordo com nosso Código Penal, poder-se-á afirmar que:

- A.( ) quando houver qualificadora e circunstância agravante, o julgador aumentará a pena aplicada em duas vezes, face essa ocorrência.
- B.( ) a circunstância qualificadora exclui a circunstância agravante.
- C.( ) a circunstância qualificadora não exclui a circunstância agravante.
- D.( ) no caso de concurso de agentes, a circunstância agravante não será considerada na aplicação da pena.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**49)** Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Código de Processo Civil.

- A.( ) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e procuradores de justiça, em todo território nacional.
- B.( ) O juiz prestará a tutela jurisdicional civil de ofício, sempre que se deparar com um ilícito civil.
- C.( ) O interesse do autor, para propor uma ação, pode cingir-se à declaração da existência ou não de uma relação jurídica.
- D.( ) Os incapazes serão sempre assistidos, quando estiverem em juízo.

**50)** Determinada sentença, cujo processo observou o rito ordinário, foi publicada no dia 21 de novembro, sexta-feira. No dia 24 (segunda-feira) e no dia 05 de dezembro (sexta-feira), não houve expediente forense. O prazo para a interposição do recurso de Apelação expira:

- A.( ) dia 08, segunda-feira.
- B.( ) dia 04, quinta-feira.
- C.( ) dia 05, sexta-feira.
- D.( ) dia 09, terça-feira.

**51)** Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Código de Processo Civil.

- A.( ) Quem pretender a coisa ou o direito em litígio entre autor e réu poderá oferecer oposição contra ambos.
- B.( ) O credor do herdeiro não possui legitimidade para requerer a abertura de inventário.
- C.( ) A ausência da pessoa do réu, na audiência preliminar, impossibilita a conciliação.
- D.( ) É inadmissível o chamamento ao processo do devedor, em ação em que o fiador for réu.

**52)** De acordo com o Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:

- A.( ) As ações fundadas em direito pessoal serão propostas, em regra, no domicílio do autor.
- B.( ) Toda execução para cobrança de crédito terá por base título executivo judicial ou extrajudicial, devidamente líquido, certo e exigível.
- C.( ) A competência em razão da matéria é derogável por convenção das partes.
- D.( ) Reputa-se suspeito o juiz que exerce suas funções em processo em que uma das partes é seu parente consanguíneo.

**53)** De acordo com o Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:

- A.( ) A presunção legal relativa de veracidade de documento emanado de órgão público não admite prova em contrário.
- B.( ) O feito não poderá ser julgado antecipadamente, quando ocorrerem os efeitos da revelia.
- C.( ) O juiz poderá deixar de marcar a audiência preliminar caso seja improvável a transação, saneando o feito em gabinete.
- D.( ) A sentença de mérito, transitada em julgado, poderá ser rescindida a qualquer tempo.

**54)** De acordo com o Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:

- A.( ) Na modalidade de agravo retido, o Tribunal o apreciará preliminarmente e de ofício, por ocasião do julgamento da apelação.
- B.( ) O agravo de instrumento será dirigido ao juiz da causa, através de petição, com a devida exposição do fato e do despacho impugnado.
- C.( ) Sentença *citra petita* é aquela que confere ao autor valor menor que este havia

postulado na inicial.

- D.( ) A audiência de instrução e julgamento é una e contínua. Em caso de prosseguimento, não haverá reabertura de prazo para apresentar rol de testemunhas.

**55)** De acordo com o Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:

- A.( ) Na execução para a entrega de coisa, o devedor poderá depositá-la, quando pretender opor embargos.  
B.( ) Na execução por quantia certa, o usufruto de imóvel não se consiste em modalidade de expropriação.  
C.( ) Na execução por quantia certa, o devedor será citado para, em 48 horas, pagar ou nomear bens à penhora.  
D.( ) Por ter natureza meramente subsidiária, o procedimento cautelar só poderá ser instaurado no curso do processo principal.

**56)** De acordo com o Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar:

- A.( ) A impetração de recurso especial ou extraordinário impede a execução provisória da sentença.  
B.( ) A sentença de mérito, mesmo transitada em julgado, poderá ser rescindida quando ofender a coisa julgada.  
C.( ) O recorrente não poderá, mesmo com a anuência do recorrido, desistir do recurso.  
D.( ) Na apelação, não ficarão submetidas ao Tribunal as questões anteriores à sentença e que ainda não foram decididas.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**57)** Poderão ser interpostos embargos declaratórios, requerendo ao juiz para que esclareça o conteúdo da sentença, sempre nela houver uma ambigüidade, contradição, obscuridade ou omissão, no prazo de:

- A.( ) três dias.  
B.( ) cinco dias.  
C.( ) dois dias.  
D.( ) vinte e quatro horas.

**58)** A nota de culpa será assinada pela autoridade policial competente, constando o motivo da prisão, o nome do condutor e o das testemunhas, no prazo de:

- A.( ) vinte e quatro horas após o ilícito penal.
- B.( ) vinte e quatro horas depois da prisão.
- C.( ) vinte e quatro horas após a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- D.( ) imediatamente após a lavratura do auto de prisão em flagrante.

**59)** As petições iniciais (queixa-crime e denúncia), necessárias à instrução da ação penal, são endereçadas ao:

- A.( ) Juiz de Direito.
- B.( ) indistintamente ao Delegado de Polícia e ao Juiz de Direito.
- C.( ) sucessivamente, ao Delegado de Polícia e ao Promotor de Justiça.
- D.( ) ao Delegado de Polícia e ao Juiz de Direito, respectivamente.

**60)** Em se tratando de processos de competência do Tribunal do Júri, com mais de um acusado, de acordo com o Código de Processo Penal, haverá:

- A.( ) um único libelo para todos os acusados.
- B.( ) cisão do julgamento.
- C.( ) um libelo para cada dois acusados.
- D.( ) um libelo para cada acusado.

**61)** Em consonância com o Código de Processo Penal, não havendo possibilidade de proceder-se a exame complementar em crime de lesão corporal, o conjunto probatório:

- A.( ) será indiferente à prova do crime a realização do referido exame pericial.
- B.( ) será realizado, obrigatoriamente, a reconstituição do crime.
- C.( ) será suprido através de prova testemunhal.
- D.( ) será impossível demonstrar a materialidade delituosa.

**62)** A legitimidade para impetrar *Habeas Corpus*, de acordo com nosso Código de Processo Penal, é:

- A.( ) de qualquer pessoa, desde que não seja em favor próprio.
- B.( ) de qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como do Ministério Público.
- C.( ) de qualquer pessoa que esteja no pleno gozo de seus direitos políticos.



D.( ) com exclusividade, daquelas pessoas que tenham capacidade postulatória.

63) Quando o querelante deixar de formular pedido de condenação nas alegações finais, ocorrerá:

- A.( ) perempção.
- B.( ) decadência.
- C.( ) preclusão.
- D.( ) perdão.

64) De acordo com o Código de Processo Penal, poderá o juiz proferir sentença condenatória ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição?

- A.( ) Não, pois estaria julgando de forma *ultra petita*.
- B.( ) Não, por expressa previsão legal.
- C.( ) Sim, somente nos casos de ação penal de iniciativa privada.
- D.( ) Sim, por expressa previsão legal.

## DIREITO DO TRABALHO

65) Conforme a Legislação Trabalhista respectiva:

- I - Para fins da legislação do FGTS, entende-se também, como empregador, a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço.
- II - Ocorrendo a rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS somente os valores dos depósitos referentes ao mês da rescisão, independentemente de valores, que ainda não houver sido recolhidos.
- III - O depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador é facultativo, em caso de afastamento para prestação do serviço militar, e obrigatório, no de licença por acidente de trabalho.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) As assertivas I, II e III são falsas.
- B.( ) As assertivas I, II e III são verdadeiras.
- C.( ) A assertiva I é falsa e as II e III são verdadeiras.

D.( ) A assertiva I é verdadeira; as II e III são falsas.

**66)** Conforme a Legislação Trabalhista respectiva:

- I - Para efeitos do trabalhador rural, considera-se trabalho noturno o executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 6 (seis) horas do dia seguinte, na lavoura, e entre 21 (vinte e uma) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, na atividade pecuária.
- II - Considera-se também, empregador rural, pessoa jurídica, proprietária ou não, que se dedique à atividade agroeconômica, em caráter permanente ou temporário, por meio da exploração industrial em estabelecimento agrário não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho.
- III - A pessoa física ou jurídica que, habitualmente, em caráter profissional, e por conta de terceiros, executa serviços de natureza agrária mediante utilização do trabalho de outrem, é equiparada a empregador rural.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) As assertivas I, II e III são verdadeiras.
- B.( ) As assertivas II e III são verdadeiras e a I é falsa.
- C.( ) As assertivas I, II e III são falsas.
- D.( ) As assertivas II e III são falsas e a I é verdadeira.

**67)** Assinale a alternativa **INCORRETA**, segundo a Legislação Trabalhista respectiva.

- A.( ) No caso de falência da empresa de trabalho temporário, a empresa tomadora ou cliente é subsidiariamente responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, no tocante ao tempo em que o trabalhador esteve sob suas ordens,

assim como em referência ao mesmo período, pela remuneração e indenização.

- B.( ) Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços.
- C.( ) A empresa de trabalho temporário, pessoa física ou jurídica, será necessariamente urbana.
- D.( ) É defeso às empresas de prestação de serviço temporário a contratação de estrangeiros com visto provisório de permanência no País.

**68)** Segundo a Legislação Trabalhista respectiva:

- I - O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, inclusive em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, terá direito ao seguro-desemprego, mas somente durante o período de proibição de atividade pesqueira para a preservação da espécie, comprovando, entre outros fatos, ter-se dedicado à atividade, em caráter ininterrupto, durante o período transcorrido entre a paralisação anterior e aquela em curso.
- II - O programa do seguro-desemprego objetiva prover assistência financeira temporária, inclusive ao trabalhador comprovadamente resgatado da condição análoga à de escravo.
- III - O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de 03 (três) parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) A assertiva I é verdadeira e as II e III são falsas.
- B.( ) As assertivas I, II e III são verdadeiras.
- C.( ) As assertivas II e III são verdadeiras e a I é falsa.
- D.( ) As assertivas I, II e III são falsas.

**69)** Segundo a Legislação Trabalhista respectiva:

- I - No Tribunal Superior do Trabalho, compete à seção especializada em dissídios coletivos, ou seção normativa, julgar, em última instância, os embargos infringentes interpostos contra decisão não unânime, proferida em processo de dissídio coletivo de sua competência originária, salvo se a decisão atacada estiver em consonância com precedente jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou da Súmula de sua jurisprudência predominante.
- II - É da competência do Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho a declaração de inconstitucionalidade ou não, de lei ou de ato normativo do Poder Público.
- III - Das decisões proferidas nos dissídios coletivos caberão recursos com efeito meramente devolutivo, podendo o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho dar efeito suspensivo, desde que a requerimento fundamentado do recorrente, cabendo, dessa decisão, agravo para o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 (oito) dias.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) As assertivas I, II e III são falsas.
- B.( ) A assertiva I é verdadeira e as II e III são falsas.
- C.( ) As assertivas I e II são verdadeiras e a III é falsa.
- D.( ) As assertivas I e II são falsas e a III é verdadeira.

**70)** Segundo a CLT:

- I - O trabalho noturno, para o trabalhador rural, só é autorizado para aqueles que

tenham mais de 18 (dezoito) anos.

- II - Sempre que uma ou mais empresas rurais, embora tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiver(em) sob direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integre(m) grupo econômico ou financeiro rural, será(serão) responsável(eis) solidariamente nas obrigações decorrentes da relação de emprego rural.
- III - Todo trabalho noturno será acrescido de 20% (vinte por cento) sobre a remuneração normal, para fins do trabalhador rural.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A.( ) As assertivas I, II e III são verdadeiras.  
B.( ) As assertivas I, II e III são falsas.  
C.( ) A assertiva III é verdadeira e as I e II são falsas.  
D.( ) A assertiva III é falsa e as I e II são verdadeiras.

**71)** Leia com atenção:

“No Tribunal Superior do Trabalho, cabe \_\_\_\_\_ no prazo de \_\_\_\_\_, para o Órgão Especial, Seções Especializadas e Turmas, observada a competência dos respectivos Órgãos, de despacho do relator que negar seguimento a recurso. No Tribunal Regional do Trabalho, será imediatamente recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de \_\_\_\_\_, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem \_\_\_\_\_.”

Assinale a alternativa que preenche **COR-RETAMENTE** os espaços.

- A.( ) Agravo Regimental; 08 (oito) dias; 10 (dez) dias; revisor.  
B.( ) Agravo de Instrumento; 05 (cinco) dias; 15 (quinze) dias; revisor.  
C.( ) Agravo de Instrumento; 10 (dez) dias; 10 (dez) dias; vogal.  
D.( ) Agravo Regimental; 08 (oito) dias; 15 (quinze) dias; vogal.

**72)** Leia com atenção:

“Cabe \_\_\_\_\_ para Turma do \_\_\_\_\_ das decisões proferidas em grau de \_\_\_\_\_ em dissídio \_\_\_\_\_ pelos \_\_\_\_\_, quando: derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, interpretação divergente de \_\_\_\_\_.”

Assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** os espaços.

- A.( ) Recurso de Revista, Tribunal Regional do Trabalho, Agravo de Instrumento, individual, Súmula de Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.  
B.( ) Recurso de Revista, Tribunal Superior do Trabalho, Agravo de Instrumento, coletivo, Tribunais Regionais do Trabalho, outra Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho.

- C.( ) Recurso de Revista, Tribunal Superior do Trabalho, Recurso Ordinário, individual, Tribunais Regionais do Trabalho, outro Tribunal Regional no seu Pleno.
- D.( ) Recurso de Revista, Tribunal Superior do Trabalho, Recurso Ordinário, coletivo, Tribunais Regionais do Trabalho, outro Tribunal Regional em sua Turma.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

### **73) Assinale a alternativa CORRETA.**

A seletividade, em função da essencialidade do produto:

- A.( ) é princípio obrigatório para o ICMS e permitido, mas não obrigatório, em relação ao IPI.
- B.( ) é princípio obrigatório para o IPI e permitido, mas não obrigatório, em relação ao ICMS.
- C.( ) é princípio obrigatório para o IPI e ICMS.
- D.( ) é princípio de aplicação facultativo em relação ao IPI e ICMS.

### **74) Assinale a alternativa CORRETA.**

Em mandado de segurança preventivo, em que o impetrante pleiteia desobrigação de tributo federal, o pólo passivo do processo seria ocupado:

- A.( ) pela Receita Federal.
- B.( ) pela União Federal.
- C.( ) pelo Presidente da República.
- D.( ) pelo Delegado da Receita Federal.

### **75) Assinale a alternativa CORRETA.**

Na execução fiscal para cobrança da Dívida Ativa da Fazenda Pública:

- A.( ) A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados antes do leilão, pelo

preço da avaliação, se a execução não for embargada, ou se rejeitados os embargos.

- B.( ) Se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação será deferida pelo juiz, ficando facultado ao executado a utilização da diferença como crédito tributário apto ao pagamento de tributos vencidos e vincendos, de responsabilidade do executado.
- C.( ) A cobrança está sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, liquidação, inventário ou arrolamento, em que preserve sua preferência sobre os demais créditos, exceto verbas trabalhistas.
- D.( ) A Fazenda Pública, se vencida, estará dispensada do ressarcimento do valor das custas processuais feitas pela parte contrária, em decorrência da imunidade constitucional.

**76) Assinale a alternativa CORRETA.**

- A.( ) O contribuinte do Imposto sobre Produtos Industrializados é: 1 - o importador e o exportador; 2 - o industrial; 3 - o comerciante de produtos sujeitos ao imposto, que os forneça ao consumidor final e 4 - cooperativas que pratiquem com habitualidade venda de mercadorias.
- B.( ) O contribuinte do Imposto de Renda é o titular da disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou proventos de qualquer natureza, vedado à lei atribuir essa condição ao possuidor, a qualquer título, dos bens produtores de renda ou dos proventos tributáveis.
- C.( ) O contribuinte do Imposto sobre a Importação é o importador, ou quem a lei a ele equiparar, e o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados.
- D.( ) O contribuinte do Imposto sobre Serviços é o prestador dos serviços, incluindo-se as pessoas jurídicas que prestam serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

**77) Assinale a alternativa CORRETA.**

A parafiscalidade consiste:

- A.( ) na utilização do tributo como instrumento de proteção da indústria nacional e não como instrumento de arrecadação de recursos financeiros para o tesouro público.
- B.( ) na transferência, pela pessoa de direito público competente, da titularidade de

tributo à pessoa diversa do Estado, a fim de que passe a dispor da arrecadação em benefício de suas próprias finalidades.

- C.( ) no repasse de recursos financeiros à Fazenda Pública, independentemente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
- D.( ) na impossibilidade do contribuinte de direito repetir tributo suportado pelo contribuinte de fato, exceto prove haver assumido o referido encargo, ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-lo.

**78) Assinale a alternativa INCORRETA.**

- A.( ) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato, pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- B.( ) Os pais, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelos filhos menores (tributos devidos), respondem solidariamente nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis.
- C.( ) O sucessor e o cônjuge meeiro são pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da partilha ou adjudicação, limitada essa responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.
- D.( ) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

**79) Assinale a alternativa INCORRETA.**

- A.( ) A natureza jurídica do tributo é determinada por sua denominação, fato gerador e destinação legal do produto da sua arrecadação.
- B.( ) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída por lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- C.( ) A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador; tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- D.( ) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressamente ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

**80) Assinale a alternativa INCORRETA.**



- A.( ) Compete à União instituir impostos sobre propriedade territorial rural.
- B.( ) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre propriedade de veículos automotores.
- C.( ) Compete aos Municípios instituir impostos de quaisquer bens ou direitos sobre a transmissão *causa mortis* e doação.
- D.( ) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
**SEÇÃO DE SANTA CATARINA**  
**EXAME DE ORDEM - 11/2003**

**Gabarito da Prova Objetiva**

<b>Nº da Questão</b>	<b>Tipo A</b>	<b>Tipo B</b>	<b>Tipo C</b>	<b>Tipo D</b>
01	A	B	C	D
02	D	C	B	A
03	B	A	D	C
04	C	D	A	B
05	A	B	C	D
06	B	C	A	B
07	D	A	B	C
08	C	D	A	B
09	B	D	C	A
10	A	B	D	C
11	D	D	D	A
12	D	C	D	A
13	B	D	C	A
14	C	B	A	D
15	D	A	C	A
16	A	D	B	C
17	B	C	D	A
18	C	D	A	D
19	D	A	C	B
20	A	D	B	C
21	B	C	D	A
22	C	B	A	D
23	D	A	C	B
24	A	D	B	C
25	B	C	D	A
26	C	B	A	D
27	D	A	B	C
28	A	D	C	B
29	C	B	D	A
30	B	A	C	D
31	D	B	A	C
32	A	C	B	D
33	B	D	C	A
34	C	A	D	B

35	D	B	A	C
36	A	C	B	D
37	B	D	C	A
38	C	A	D	B
39	A	B	C	D
40	B	C	A	D
41	C	D	B	A
42	D	A	C	B
43	A	B	D	C
44	B	C	A	D
45	C	D	B	A
46	D	A	C	B
47	A	B	D	C
48	B	C	A	D
49	C	D	B	A
50	D	A	C	B
51	A	B	D	C
52	B	C	A	D
53	C	D	B	A
54	D	A	C	B
55	A	B	D	C
56	B	C	A	D
57	C	D	B	A
58	B	A	C	D
59	A	B	D	C
60	D	C	A	B
61	C	D	B	A
62	B	A	C	D
63	A	B	D	C
64	D	C	A	B
65	D	A	B	C
66	B	C	D	A
67	A	B	C	D
68	B	D	A	C
69	C	A	B	D
70	D	B	C	A
71	A	C	B	D
72	C	D	A	B
73	B	A	D	C
74	D	B	C	A
75	A	C	B	D
76	C	D	A	B
77	B	A	D	C
78	D	B	C	A
79	A	C	D	B
80	C	B	A	D